

REGULAÇÃO EDUCACIONAL POR RESULTADOS: NOTAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TEMA¹

Aline Bettiolo dos Santos
Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)
a.bettiolo.santos@unoesc.edu.br

Elton Luiz Nardi
Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)
elton.nardi@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

Como desdobramento de um estudo maior, o propósito deste trabalho é analisar o acúmulo de conhecimento sobre regulação educacional por resultados, correlacionada à gestão e ao Banco Mundial (BM), de modo a destacar tendências temáticas presentes em produções científicas da área da Educação. Para tanto, resulta de exame de artigos e de teses constantes no Portal *SciELO* e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, publicados entre 2000 e 2020. O *corpus* empírico foi constituído por um total de 36 trabalhos selecionados, mapeados a partir dos descritores *regulação educacional*, *gestão educacional* e *Banco Mundial*.

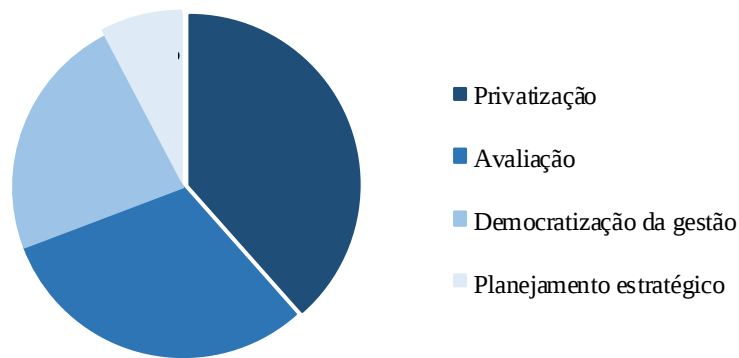
Realizado o processo de mapeamento e classificação, as pesquisas foram agrupadas em dois conjuntos, no interior dos quais são identificadas algumas tendências temáticas e analíticas. Neste trabalho, focalizamos o primeiro deles e a temática mais recorrente.

DESENVOLVIMENTO

As publicações que compõe o conjunto aqui enfocado, conforme ilustra o Gráfico 1, abrangem treze estudos datados de 2000 a 2009, cujas temáticas mais recorrentes são: privatização, avaliação, democratização da gestão e planejamento estratégico.

¹ A pesquisa conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e CNPq.

Gráfico 1 - Temáticas mais recorrentes do conjunto enfocado de trabalhos publicados - 2000 a 2009



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Tais temáticas constituem categorias empíricas desse conjunto, já que é possível extraí-las enquanto modos de existência do objeto (Paulo Netto, 2011) que se inscreve no contexto de crise estrutural do capital, a partir da década de 1990. Além de categorias empíricas, sublinhamos categorias analíticas presentes neste conjunto, em que Estado, totalidade, ideologia, classes, hegemonia e bloco histórico são alguns dos destaques, embora os autores não tenham referido explicitamente um método. No entanto, é possível captar aproximações com o Materialismo Histórico-Dialético em quase metade do conjunto das publicações devido à escolha de autores de referência, entre os quais figuram: Karl Marx, Antonio Gramsci, István Mészáros, György Lukács, Karel Kosik, François Chesnais, Perry Anderson, Eric Hobsbawm, José Paulo Netto, Carlos Nelson Coutinho e Gaudêncio Frigotto.

Nas demais pesquisas é possível verificar a ênfase a algumas categorias e a alguns autores para compor o marco teórico, às opções de abordagens analíticas, ou ainda, trabalhos em que esses aspectos tendem a substituir uma opção metodológica. Pierre Bourdieu, Roberto Leher, Licínio Lima, Almerindo J. Afonso, Thomas Kuhn e Jenny Ozga constam entre os estudiosos enfatizados, sem deixar de mencionar Laurence Bardin no que se refere à análise de conteúdo e, por fim, Michel Pêcheux e Michel Foucault, para análise do discurso.

Ao focalizar a temática *privatização*, identificamos que o BM busca amadurecer ativamente um tipo de regulação cujo sentido seja o de alcançar resultados consoantes às demandas do capital em um período histórico. Nas análises de Leher (2003, p. 4), por exemplo, a necessidade que o capital tem do Estado é crescente e “[...] o Estado social deverá prosseguir encolhendo, cúmplice do capital em seus propósitos antissociais, em detrimento do bem público”. Ao considerar a tese de que a conformação do referencial de regulação por resultados subjacente às orientações do BM, pela política de gestão da educação básica no Brasil, se dá à medida que se produz mais respostas às proposições desse Aparelho Privado de Hegemonia, a perspectiva de Leher (2003) nos permite pensar que o *Plano Diretor* (Brasil, 1995) representa um esforço inicial na década de 1990 em construir respostas a partir do domínio da gestão.

O estudo de Cruz (2003) sinaliza outras duas respostas propícias à conformação de um referencial de regulação por resultados, quando apresenta o Projeto Nordeste para a Educação Básica e o Fundo de Desenvolvimento da Escola (Fundescola), que estão relacionados à gestão dos sistemas de ensino e à gestão da escola nos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A autora aborda o contexto de avanço da intervenção dos Organismos Multilaterais (OM), histórico do BM e presença efetiva da agência nas políticas educacionais brasileiras. Para tanto, aproxima-se das contribuições de Leher (1998) ao trazer para sua análise a ideia de ideologia da globalização.

A ideologia da globalização tende a ser um ponto de convergência entre as análises de Leher (1998), Cruz (2003) e Melo (2003). Como problematizam o posicionamento hegemônico que exalta o fenômeno da globalização, a partir de suas escolhas teóricas eles sinalizam que a ideologia da globalização pode se constituir em mais uma das respostas a um projeto societário que tem apostado na conformação da regulação educacional por resultados, como uma de suas estratégias de sustentação. Assim, Melo (2003) parte do contexto de refuncionalização do Estado e do programa *Educação para Todos*, a fim de investigar o processo de mundialização da educação conduzida por sujeitos políticos coletivos que assumem o projeto neoliberal de sociabilidade, especialmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o BM.

A tônica da privatização também identifica o estudo de Machado (2007), cujo foco recai sobre como as organizações e as instâncias de regulação supranacional têm atuado na definição de diretrizes para a educação no país, em especial o BM, e a forma como os

atores sociais, em diversas esferas de decisões no Brasil, se relacionam com essas organizações. A autora ajuda a pensar a atuação da agência como instância de regulação supranacional interessada em se tornar referência para a educação em todo o mundo, transformando-se numa espécie de banco de conhecimento. Uma de suas especificidades é compreender as contradições, no contexto das negociações, pela análise de diferentes aspectos pertinentes aos processos de negociação dos acordos de financiamento, estabelecidos entre o BM e o Estado da Bahia, nas últimas décadas.

A temática da *privatização* também está presente nas análises de Krawczyk (2002), que lança um debate mais abrangente, envolvendo produções de diversos OM a partir de 1998, no intuito de apresentar diferentes dimensões das reformas educacionais na América Latina. Diferente de haver uma tendência monolítica entre os OM, o que a autora destaca é a posição hegemônica em relação às reformas em curso na região. Para ela, “pelo menos três dimensões de sustentabilidade das reformas preocupam bastante os organismos internacionais: a dimensão política, a dimensão financeira e a dimensão técnica” (Krawczyk, 2002, p. 3).

CONCLUSÕES

Em linhas gerais, o debate sobre o BM está em ascensão e, especificamente na área da educação, sobressai-se no campo das políticas, com autores adotando diversas perspectivas e tendências temáticas. Ademais, é possível sublinhar *privatização*, *governança* e *avaliação* como algumas das tendências temáticas em destaque no campo do conhecimento produzido no período. O quantitativo de documentos da agência também está em ascensão e aqui ressaltamos a recorrência de dois deles: os relatórios *Priorities and strategies for education* (1995), presente em quase metade das produções, e o *Learning For All* (2011), mencionado em quase um quarto delas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República; Câmara da Reforma do Estado; Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

CRUZ, Rosana Evangelista. Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional? **Educar**, Curitiba, n. 22, p. 51-75, dez. 2003.

KRAWCZYK, Nora. A sustentabilidade da reforma educacional em questão: a posição dos organismos internacionais. **RBE**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 43-62, abr. 2002.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LEHER, Roberto. Reforma do Estado: o privado contra o público. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 203-228, set. 2003.

MACHADO, Célia Tanajura. **O Banco Mundial e a educação no Brasil**: uma análise comparativa de processos de negociação. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação**: o projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. SP: Expressão Popular, 2011.